

PROCESSO DE ESCOLHA 2019

CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRANGA

EDITAL Nº 01/2019

NOME:

IDENTIDADE:

DATA: 14/07/2019

Assinatura do Candidato

LEIA COM ATENÇÃO E SIGA RIGOROSAMENTE ESTAS INSTRUÇÕES

1. Inicie a prova preenchendo os dados de identificação no Caderno de Questões e no CARTÃO RESPOSTA;
2. Esta prova contém 20 questões objetivas;
3. Cada questão objetiva possui 04 (quatro) alternativas de múltipla escolha (A – B – C – D), das quais apenas uma é verdadeira. Utilize somente caneta de tinta azul ou preta. Marque seu cartão-resposta, preenchendo completamente o espaço referente a sua resposta, como no modelo abaixo:

Ex.: A B C D
 ☐ ☒ ☐ ☐

4. Verifique se o seu nome e o número de identificação estão corretos no cartão-resposta. Se houver erro, comunique-o ao Fiscal de Sala. Não esqueça de assiná-lo.
5. Caso apresente defeito de impressão ou falta de questão, solicite ao fiscal outra prova;
6. As questões que estiverem rasuradas ou que possuírem mais do que uma alternativa assinalada será automaticamente considerada como incorretas;
7. Durante a realização da prova, são terminantemente proibidos aos candidatos qualquer espécie de consulta e comunicação entre eles, a utilização ou o porte de lápis, borracha, lapiseira, livros, manuais, impressos ou anotações, máquinas calculadoras, boné, artigos de chapelaria, óculos escuros, relógios, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, bip, e-books, walkman, MP3 player, ipod, iphone, gravador ou qualquer outro

receptor ou transmissor de mensagens e dados. Caso haja a desobediência a esta instrução, o candidato será eliminado do certame;

8. O tempo de duração da prova é de 4 (quatro) horas, já incluindo o tempo destinado ao preenchimento do cartão resposta. Início previsto para as 08h e término as 12h;
9. Ao terminar, entregue ao Fiscal de Sala a prova e o cartão resposta assinados, que é o único documento válido para correção;
10. Na última folha da prova encontre um gabarito em que o candidato pode preencher e destacar com os dados preenchidos no caderno de resposta para sua própria conferência.

QUESTÃO 1) Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança é aquela pessoa que se encontra com:

- A) Até 14 anos de idade incompletos
- B) Até 14 anos de idade completos
- C) Até 12 anos de idade completos
- D) Até 12 anos de idade incompletos

QUESTÃO 2) Em relação à profissionalização e à proteção ao trabalho é permitido aos menores de 14 (quatorze) anos:

- A) Trabalhar sem ser na condição de aprendiz.
- B) Trabalhar na condição de aprendiz.
- C) Trabalhar em situações de insalubridade ou periculosidade.
- D) Trabalhar em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

QUESTÃO 3) Assinale a alternativa CORRETA: É permitida a venda à criança e ao adolescente:

- A) De eletrodomésticos
- B) De cigarros
- C) De bilhetes lotéricos
- D) De bebidas alcoólicas

QUESTÃO 4) É direito de toda criança:

- A) Ser criada no seio de sua família.
- B) Trabalhar em turno noturno.
- C) Viajar para fora do seu Estado desacompanhada dos pais, responsável ou pessoa adulta.
- D) Ser colocada em família substituta sem autorização judicial.

QUESTÃO 5) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente negará registro à entidade não-governamental em alguns casos, EXCETO:

- A) Que não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança.
- B) Que esteja irregularmente constituída.
- C) Que tenha em seus quadros pessoas inidôneas.
- D) Que apresente um plano de trabalho compatível com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

QUESTÃO 6) O membro do Conselho Tutelar que achar que alguma autoridade competente tomou decisão que não era a mais adequada ou justa ou mesmo que prejudicará o bem geral da criança ou do adolescente, por uma questão de consciência deve:

- A) Aceitar a medida/decisão e silenciar-se.
- B) Informar a outras pessoas o acontecimento.
- C) Agir no sentido de zelar pelo que for melhor para a criança e o adolescente conversando com a autoridade referida e em nada conseguindo, conversar com o advogado para interpor recurso ou tomar a medida necessária.
- D) Conversar com a criança e/ou adolescente para ele mesmo reclamar.

QUESTÃO 7) São medidas aplicáveis pelo Conselho Tutelar na fiscalização de entidades governamentais, EXCETO:

- A) Advertência
- B) Afastamento provisório de seus dirigentes.
- C) Fechamento de unidade ou interdição de Programa.
- D) Suspensão de verbas públicas.

QUESTÃO 8) Assinale a alternativa FALSA:

- A) A falta ou carência de recursos materiais, inclusive financeiros na família, é motivo para a perda ou suspensão do poder familiar.
- B) Não existindo motivo que leve a tomada de alguma medida para a perda ou suspensão do poder familiar, a criança ou adolescente será mantida em sua família.
- C) A família com falta de recursos mínimos de sobrevivência será incluída em programas oficiais de auxílio.
- D) O conselheiro tutelar poderá denunciar às autoridades, famílias das quais tiver conhecimento, que estão passando por carência de recursos materiais.

QUESTÃO 9) De acordo com o ECA (1990), são impedidos de cumprir o mesmo mandato de Conselheiro Tutelar, EXCETO

- A) Marido e mulher; padrasto ou madrasta e enteado.
- B) Sogro, genro ou nora.
- C) Netos e primos colaterais, cunhados, independentemente de outras condições e da relação de proximidade.
- D) Irmãos, tios e sobrinhos, além dos ascendentes e descendentes.

QUESTÃO 10) Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), o direito à convivência familiar e comunitária é salutar para a garantia do desenvolvimento integral do segmento infanto-juvenil. Quando os vínculos originais e naturais são rompidos, e/ou são mantidos em condições diversas e de fragilidades que demandam a intervenção das autoridades competentes, indica-se a colocação da criança/adolescente em família substituta como um importante direito a lhe ser assegurado. Sobre essa modalidade de acolhimento familiar, é INCORRETO afirmar:

- A) Os grupos de irmãos só não são colocados numa mesma família substituta se comprovada a existência de situações de risco, de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa.
- B) A colocação em família substituta é feita mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente.

C) Frente à possibilidade de colocação em família substituta, deve-se atentar e colher, em audiência, o consentimento, ou não, do(a) adolescente maior de 12 (doze) anos de idade.

D) A criança e o adolescente indígenas, ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, têm o direito de serem inseridos em famílias substitutas como oportunidade de apreenderem e vivenciarem outras culturas, até como estratégia de aprimoramento e melhoria de seus costumes e tradições.

QUESTÃO 11) A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) prevê que, ao ser viabilizada, a proteção social deve garantir as seguintes “seguranças” a quem dela precisar, EXCETO:

A) Atendimento, abrigo e tratamento protetivo aos alcoolistas e toxicômanos.

B) Forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou desemprego.

C) Acolhida e provisão de necessidades humanas.

D) Convívio ou vivência familiar.

QUESTÃO 12) De acordo com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006), a erradicação do trabalho infantil constitui um grande desafio para países como o Brasil, principalmente porque o enfrentamento dessa grave expressão da questão social depende “tanto da mudança das condições de vida da população quanto de uma mudança de valores sobre a socialização da infância e da adolescência”. Por sua vez, o ECA (1990), em seu artigo 61, também indica que “a proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei”. Assim sendo, quando considerado o direito à profissionalização e à proteção no trabalho, frente à realidade crescente de trabalho infantil, torna-se pertinente destacar que, EXCETO:

A) Qualquer forma de trabalho é proibida às pessoas com idade inferior a quatorze anos de idade, por entender que direitos imprescindíveis para a sua formação humana, de forma integral, podem ser ameaçados e/ou violados.

B) A principal mudança a ser empreendida para a erradicação do trabalho infantil deve ser cultural, por considerar que é a cultura contrária ao ócio, que estimula as pessoas a se inserirem precocemente no mercado de trabalho e a reconhecerem o trabalho como um fator importante de socialização para as crianças e os adolescentes.

C) Por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pode-se oferecer, nos municípios, serviços, programas e demais ações destinadas à prevenção e ao enfrentamento de situações que violam direitos sociais, como é o caso do trabalho infantil.

D) Ao assegurar a proteção no trabalho, indica-se que o adolescente empregado, na condição de aprendiz, possui direitos trabalhistas e previdenciários. O desenvolvimento de suas atividades deve acontecer em horários e locais que não prejudiquem a sua formação, o seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, favorecendo, ainda, a sua frequência escolar.

QUESTÃO 13) À criança e ao adolescente NÃO é permitido:

A) Frequentar culto religioso.

B) Vender fogos de estampido e de artifício com reduzido potencial de provocar dano físico.

C) Vender produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica.

D) Frequentar cursos de dança.

QUESTÃO 14) O adolescente apreendido por força de ordem judicial será encaminhado:

A) Ao juiz ou juíza.

- B) Ao diretor de sua escola.
- C) Aos seus pais ou responsável.
- D) À autoridade religiosa.

QUESTÃO 15) Marque a alternativa que se refere à tutela da criança e do adolescente:

- A) Destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida liminar ou incidentalmente nos procedimentos judiciais.
- B) Será deferida nos termos da lei civil, a pessoa de até 18 (dezoito) anos incompletos.
- C) Atribui a condição de filho, com os mesmos direitos e deveres desligando-se de qualquer vínculo com pais e parentes.
- D) Será precedida de estágio de convivência com a criança e com o adolescente.

QUESTÃO 16) De acordo com os artigos 4º e 5º da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), de 1993, só NÃO podem ser considerados princípios e/ou diretrizes da Política de Assistência Social o/a: A) Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

- B) Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária.
- C) Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- D) Atendimento integral ao segmento vulnerável, com prioridade das atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

QUESTÃO 17) Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente, entende-se por família extensa ou ampliada aquela que:

- (A) se estende àqueles que mantêm qualquer tipo de vínculo biológico ou afetivo, incluindo vizinhos, educadores e professores da criança e adolescente.
- (B) se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou o adolescente convive e com quem mantém vínculos de afinidade e afetividade.
- (C) é composta por todos aqueles que, independentemente de laços biológicos e afetivos, dispõem-se a colaborar com a educação e a saúde da criança com o intuito de ajudar os pais em estado de carência material.
- (D) tem como primazia os laços sanguíneos, exercida por parentes próximos da unidade familiar, com os quais a criança ou adolescente se identifica e mantém uma convivência equilibrada e coerente com os valores morais

QUESTÃO 18) No que se refere à autorização para a criança viajar, está previsto no ECA que, se estiver desacompanhada dos pais ou do responsável legal, não poderá viajar para fora da comarca onde reside sem expressa autorização judicial; no entanto, essa autorização não será exigida quando a criança estiver acompanhada de

- (A) descendentes ou colateral maior, até o primeiro grau, por não implicar autorização documental, ou de pessoa maior de idade.
- (B) descendentes ou colateral maior, até o segundo grau, com expressa comprovação de parentesco, ou de qualquer pessoa maior de idade, independente de parentesco.
- (C) ascendente ou colateral maior, até o primeiro grau, não havendo, por isso, necessidade de comprovação documental nem de pessoa maior autorizada pelo pai.



QUESTÃO 19) Mariana e Pedro têm um filho de sete (07) anos de idade. Tendo como exemplo alguns casos que leram em reportagens no exterior, não querem matricular o filho no ensino regular, por considerarem que a escola formal não oferece educação de qualidade. Além do mais, eles querem oferecer um ensino particular, remunerando os professores para ministrar aulas em sua própria casa. Descreva nas linhas abaixo qual a solução correta sobre o caso acima levando em consideração o Estatuto da Criança e do Adolescente.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.